



AUDITÉCNICA
AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



**SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**
COMPROMISSO COM A QUALIDADE HOSPITALAR



**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**

- Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 -





AUDITÉCNICA

AUDITORES INDEPENDENTES

Ribeirão Preto, 28 de fevereiro de 2023.

Aos Diretores e Administradores da
Irmadade da Santa Casa de Misericórdia de São José do Rio Preto
São José do Rio Preto - SP

Prezados Senhores,

Este relatório refere-se ao exame das demonstrações contábeis da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**, referente ao exercício findo em **31 de dezembro de 2022**, em cumprimento ao nosso contrato de auditoria independente, cujas visitas foram realizadas durante todo exercício de 2022 até a emissão deste relatório.

O trabalho foi realizado segundo padrões usuais de auditoria, incluindo a aplicação de testes e exames sobre operações, livros, registros, documentos, posições contábeis e controles subsidiários, na extensão e profundidade julgadas necessárias.

Relacionamos, a seguir, os pontos julgados necessários nas circunstâncias.

Atenciosamente,



AUDITÉCNICA – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP 024981/O-4 - CVM 11.037
MAURO MORGAN DE AGUIAR
CONTADOR - CRC 1SP053458/O-8





AUDITÉCNICA

AUDITORES INDEPENDENTES

SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	3
PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA.....	6
RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES SOBRE CONTROLES INTERNOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS	7
RELATÓRIO SOBRE A ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA	13
APÊNDICES	16
ANEXOS	26





RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Senhor Provedor, Senhores Diretores e Administradores da
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José do Rio Preto
São José do Rio Preto - SP

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José do Rio Preto**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas Demonstrações do Superávit/Déficit do Exercício, das Mutações do Patrimônio Social e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as Demonstrações Contábeis acima referidas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José do Rio Preto** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.





Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Como parte de uma auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a possíveis riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que poderiam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Concluimos que não existe incerteza relevante que deveríamos





chamar atenção em nosso relatório de auditoria. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração da Santa Casa.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, quando aplicáveis.

Ribeirão Preto, 28 de fevereiro de 2023.


AUDITÉCNICA – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP 024981/O-4 - CVM 11.037
MAURO MORGAN DE AGUIAR
CONTADOR - CRC 1SP053458/O-8





PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Instituto Brasileiro de Auditores Independentes – IBRACON e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e compreenderam, entre outros procedimentos:

- a. o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controle interno da entidade;
- b. a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e
- c. a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria na Área Contábil

A auditoria realizada junto a área contábil teve por objetivo identificar a adequação dos registros e procedimentos levados a efeito na entidade, a qualidade dos controles internos existentes, a observação das normas e regulamentos traçados pela administração, bem como a avaliação da correta aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Auditoria na Área Operacional

A Auditoria Operacional teve por objetivo assessorar a administração no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades, avaliando se a organização, departamentos, sistemas, funções, operações e programas estão atingindo os objetivos propostos com identificação de possíveis falhas e irregularidades no sistema operacional.

Handwritten signature





RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES SOBRE CONTROLES INTERNOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

Objetivo

Revisão das Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2022, dos controles internos e das práticas contábeis.

Extensão

Nossos trabalhos incluíram a revisão, através de testes confiáveis, do exercício findo de 2022.

Introdução

Nossos exames foram efetuados dentro da prática usual em auditoria, sendo que os pequenos problemas encontrados e sanados pelas áreas responsáveis durante a realização de nossas averiguações não serão relatados.

Constatações

Durante nossos trabalhos foram efetuados pequenos ajustes e reclassificações, todavia não foi praticável quantificá-los, pois surgiram em decorrência de diversas conciliações solicitadas ao departamento contábil.

Os eventuais ajustes e reclassificações sugeridos tiveram por fim adequar os saldos contábeis da entidade aos princípios fundamentais de contabilidade, melhorando, desta forma, sua apresentação patrimonial, financeira e econômica.




7



1. CAIXA/BANCOS CONTA MOVIMENTO

O saldo contábil da conta caixa encerrada em 31/12/2022, não apresentou divergências em relação à posição do sistema financeiro.

Obtivemos os extratos bancários e nos foi apresentado as conciliações bancárias da conta bancos conta movimento que também não apresentou divergências.

2. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

São registrados os recursos aplicados em títulos e valores imobiliários privados e títulos de capitalização.

Solicitamos os extratos bancários para comprovação do saldo contábil quando não identificamos divergências.

Sobre o assunto, comentamos que as aplicações financeiras se constituem num leque de investimentos. A classificação desses investimentos temporários deverá ser feita em função do tipo de investimento, do prazo de resgate e considerando, ainda, a própria intenção da entidade quanto à época em que pretende resgatar os títulos.

3. CONTAS A RECEBER

São registrados os valores dos direitos que a entidade tem a receber, cujos recebimentos deverão ser concretizados até o termino de 12º mês subsequente ao encerramento do Balanço Patrimonial.

Solicitamos o controle interno para comprovação do saldo contábil quando não identificamos divergências.





4. ESTOQUES

São registrados os valores referentes ao custo de aquisição de medicamentos diversos.

A entidade possui as ferramentas de gestão de estoques que contemplam as necessidades de controle proporcionam aos usuários eficiência no controle e obtenção de informações do almoxarifado e farmacêuticos.

Solicitamos o controle interno para comprovação do saldo contábil quando não identificamos divergências.

5. ATIVO IMOBILIZADO

São registrados os valores dos bens de propriedade da entidade, destinados a uso próprio.

A entidade apresentou um controle analítico sobre os bens do ativo imobilizado através de sistemas informatizados, sendo que foi devidamente procedido o cálculo das depreciações.

A entidade avaliou se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, o que não foi constatado.

Informamos que, independentemente de existir ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para uso, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável. Esse teste de redução ao valor recuperável pode ser executado a qualquer momento no período de um ano, desde que seja executado, todo ano, no mesmo período.





6. FORNECEDORES

São registradas as obrigações contraídas com fornecedores de bens ou serviços, cujos pagamentos serão efetuados até o término de 12º mês subsequente ao encerramento do Balanço Patrimonial.

Foi apresentado relatórios com a posição do departamento financeiro por fornecedor, para efetuar confronto com saldo contábil e a entidade procedeu mensalmente à conciliação das contas de fornecedores, promovendo o confronto de saldos com os relatórios do sistema financeiro, visando identificar, analisar e corrigir as divergências, porventura, existentes.

7. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Constatamos o saldo no valor de **R\$ 15.195.592,09** referente a empréstimos e financiamentos bancários com vencimentos no prazo inferior a 360 (trezentos e sessenta) dias a partir da data de fechamento do Balanço Patrimonial e o saldo no valor de **R\$ 22.656.140,67** com vencimentos a no prazo superior a 360 (trezentos e sessenta) dias.

Procedimentos aplicados:

- a) Obtivemos os extratos bancários de conta corrente e respectivos contratos de financiamentos, confrontando-os com os respectivos saldos contábeis e avaliando as condições e garantias oferecidas para a cobertura dos débitos; e
- b) Procedemos a revisão dos cálculos de atualização dos saldos devedores, visando a correta apropriação dos encargos para a data do balanço.

8. OBRIGAÇÕES FISCAIS





São registrados os valores dos impostos e contribuições a recolher, apurada de acordo com a legislação vigente, relativos ao período ou exercício cujos recolhimentos ainda não tenham sido efetuados.

Solicitamos o controle interno para comprovação do saldo contábil quando não identificamos divergências.

9. PROVISÕES TRABALHISTAS

A administração da IRMANDADE DA SANTA CASA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO nos apresentou relatório de provisão de férias, e segundo informações é procedimento da entidade a contabilização mensal da provisão para férias.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A composição do Patrimônio Líquido era o seguinte, para a data base de 31/12/2022:

Conta	Valores em Reais
Patrimônio Social	176.139.932,77
Superavit do Exercício	23.409.442,89
Total	199.549.375,66

11. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO – ESTRUTURA DE APRESENTAÇÃO

O sistema de informação contábil da IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO proporciona uma adequada distinção entre custos, despesas comerciais e despesas administrativas.

As receitas, custos e despesas são apropriadas obedecendo ao Regime de Competência do exercício.





Efetuamos testes de pagamentos de despesas, por critério de amostragem, enfocando, principalmente, a fidedignidade dos documentos apresentados e sua correlação com o objetivo social do empreendimento.

Tendo em vista a conexão das contas de resultado com elementos do ativo e passivo, os pontos constatados e merecedores de comentários foram destacados nos tópicos desenvolvidos anteriormente.


12. CONCLUSÃO

Os comentários sobre os pontos acima descritos estão em conformidade com o que determina a legislação vigente.

Segue anexo, demonstrativos e quadros com demais análises realizadas durante os trabalhos.

Era o que nos cabia relatar.

Ribeirão Preto, 28 de fevereiro de 2023.



AUDITÉCNICA – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP.024981/O-4 - CVM.11.037
MAURO MORGAN DE AGUIAR
CONTADOR - CRC 1SP053458/O-8

